PARECER 013/2026: DIRETRIZES PARA PROJETOS DE LUMINOTÉCNICA DE FACHADAS E MONUMENTOS DE BENS TOMBADOS ESTADUAIS

IPHAE
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Organização

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

PARECER 013/2026: DIRETRIZES PARA PROJETOS DE LUMINOTÉCNICA DE FACHADAS E MONUMENTOS DE BENS TOMBADOS ESTADUAIS

IPHAE
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Porto Alegre, 2026

Organização
Equipe Técnica Iphae

Coordenação e Editoração
C. Renato Savoldi

Pesquisa e Textos
Equipe Técnica Iphae

Projeto gráfico e diagramação
Equipe Técnica Iphae

Contato
iphae@sedac.rs.gov.br

INTRODUÇÃO

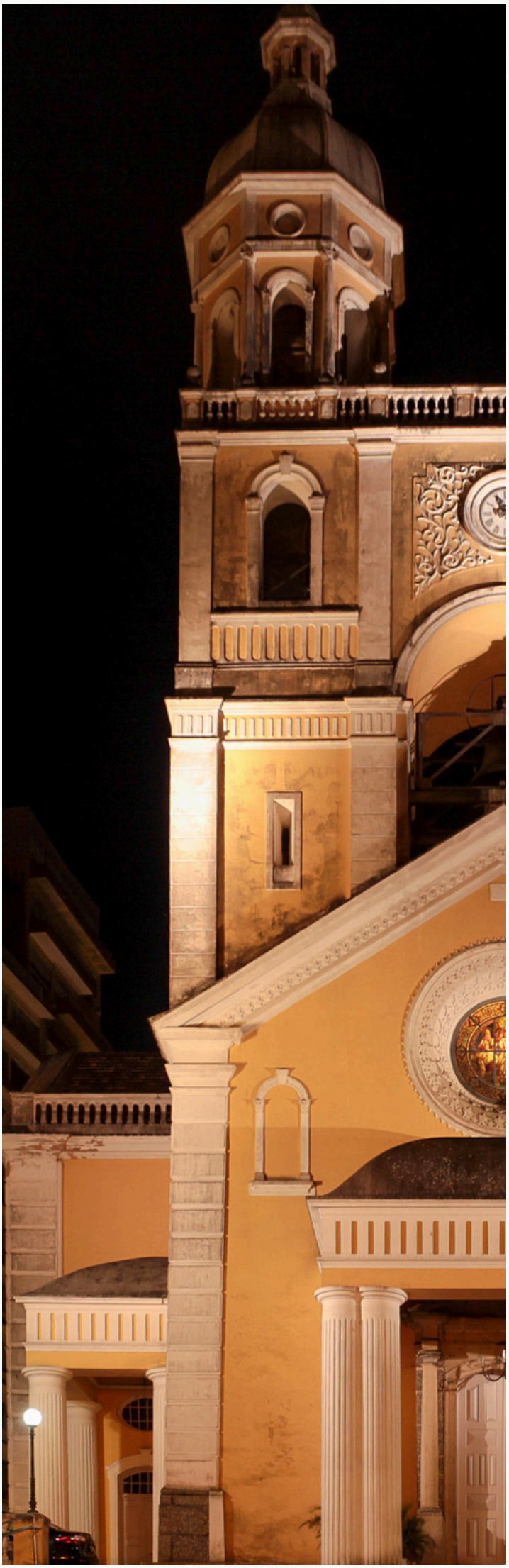
Esta instrução tem como objetivo apresentar as definições e diretrizes acerca de iluminação externa de fachadas e monumentos de culturais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae).

A iluminação de edifícios e monumentos tem a capacidade de promover diferentes percepções da cidade durante o dia e à noite, realçar e esconder características que podem promover ou depreciar a compreensão de um determinado espaço. A luz revela uma identidade, torna as cidades mais atrativas e receptivas aos visitantes e moradores.

Ao iluminar monumentos e prédios, a iluminação torna-se parte daquilo que se está iluminando. Ela muda cores, percepções e as relações com o entorno.

Figura 01: Arcos e Aquedutos Lapa – Rio de Janeiro, Brasil
Fonte: Carlos Lucio, via Wikimedia Commons, 2014





O desenvolvimento de um projeto de iluminação de edifícios culturais parte de decisões técnicas e conceituais. Segundo Finocchio (2016), precisam ser estabelecidos:

a) Objetivo do projeto e, se necessário, os valores históricos associados ao local;

b) Composição do projeto com a análise prévia dos elementos arquitetônicos a serem destacados, como torres, cúpulas, telhados, estátuas, etc.;

c) A composição luminosa incluindo as considerações estéticas relativas ao tipo e cor das lâmpadas, cor e refletância da superfície, níveis de iluminância, composição de luz e sombra;

d) Cálculos fotométricos;

e) Relação de material;

f) Desenho com o posicionamento horizontal e vertical dos projetores. (FINOCCHIO, 2016. p.16)

Quando se trata de edifícios culturais, em especial os bens tombados, é necessário definir o que deverá ser o projeto, além de avaliar se as técnicas a serem utilizadas promoverão danos físicos ao bem ou ao conjunto em seu entorno.

Figura 02: Catedral Metropolitana de Florianópolis - Florianópolis, Brasil
Fonte: Deboraesthersg, via Wikimedia Commons, 2018

Na vivência da cidade, nos ambientes externos, presenciamos diversos cenários em que a luz está presente. Durante o dia, o sol e a luz do céu predominam, mas, durante a noite, no breu que a falta do sol deixa, o ser humano encontrou formas de fazer a luz. Por segurança, por comodidade, por necessidade de transitar e ver, contrariamos a natureza e iluminamos o escuro. Diversas são as formas e objetivos de fazer esta iluminação. Segundo Miguez (2003, p. 29), a luz das ruas se configura na principal linha de força do desenho de luz das cidades, com características lineares, extensas e integradoras do espaço público. A luz dos interiores também influencia na visão das cidades, assim como a luz gráfica, oriunda dos painéis publicitários e a luz das calçadas, consideradas pelo autor, como de qualidades ambientais e decorativas. A luz especial e a dos eventos também é presente na cidade, pontual e específica, proporcionando dinâmica à vivência. O autor ainda faz referência à luz das paisagens, dos arranjos, como praças, parques e jardins, tratamento das águas e, ao que é o ponto focal destas especificações, da arquitetura.

A luz da arquitetura considera os "cenários noturnos produzidos pelas construções de uso corrente e os monumentos e centros históricos; neste campo, as considerações de caráter fotométrico submetem-se à criação do projeto" (MIGUEZ, 2003. p. 29). Entretanto, o desenvolvimento de um projeto de iluminação externa para um edifício requer conhecimentos específicos acerca do comportamento da luz e também sobre o objetivo estético que se tem.

Figura 03: Igreja e Santa Casa de Misericórdia – Salvador, Brasil
Fonte: Paul R. Burley, via Wikimedia Commons, 2021





Figura 04: Martina Franca – Pouilles, Itália
Fonte: Benjamin Smith, via Wikimedia Commons, 2025

DEFINIÇÕES TÉCNICAS SOBRE ILUMINAÇÃO

Um edifício é composto por diversos elementos arquitetônicos. Dos ensinamentos dos grandes nomes da arquitetura clássica, temos o entablamento, cornijas, colunas e sóculo, entre outros. Mas, de forma sucinta e em acordo com Finocchio (2014, p. 16) considera-se que o edifício pode ser dividido em três principais elementos: baixo e/ou largo (fachadas); alto e/ou estreito (colunas e torres); e os objetos e detalhes arquitetônicos tridimensionais que requerem iluminação uniforme (estátuas e detalhes decorativos).

A percepção de cores de uma superfície é o resultado da combinação de três fatores:

- Cor da fonte de luz;
- Refletância e cor da superfície a ser iluminada;
- Capacidade visual do observador. (FINOCCHIO, 2014. P.17)

A luz emitida por um dispositivo de iluminação possui resultado a partir de variáveis inerentes a esse dispositivo, ao entorno e ao objeto que ele pretende iluminar. Além destas, a combinação de luzes gera um resultado também variável, que pode ser previsto com o uso de softwares ou cálculos específicos, além de conhecimento experimental.

A luz é o veículo pelo qual o ser humano recebe as informações visuais. Seu espectro visível se constitui na faixa de comprimentos de ondas eletromagnéticas que proporcionam a impressão luminosa e de cor. Essas ondas refletidas ou emitidas pelos corpos são recebidas pelo sistema ótico, onde cones e bastonetes são excitados e passam a informação ao cérebro. O limite inferior é estabelecido entre 360 nm e 400 nm e o limite superior entre 760 nm e 830 nm. Aqui, abordaremos cores emitidas por equipamentos artificiais.

Temperatura de Cor (Tc) ou TCC – Temperatura de Cor Correlata.

A temperatura da cor se relaciona com a tonalidade que ela será emitida. Esta variável é medida em Kelvin (K). No geral, existem três tonalidades: quente, fria e neutra. Quanto mais alta a temperatura do filamento, mais branca ou fria será a sensação visual da luz emitida.

Intensidade luminosa (I)

É a intensidade do fluxo luminoso projetado em uma determinada direção, perpendicular à superfície. A unidade é candela (cd).

Fluxo Luminoso

Grandeza derivada do fluxo radiante pela avaliação da radiação de acordo com a ação sobre o olho humano. A unidade é lúmen (lm).

Índice de Rendimento Cromático - IRC

Caracteriza a capacidade de reprodução de cores dos objetos iluminados por uma fonte de luz. O IRC proporciona uma indicação da capacidade da fonte de luz para reproduzir padrão de cores em comparação com a reprodução prevista por uma luz padrão. Esse índice vai de 0 a 100: quanto maior o valor, mais precisa a reprodução da cor. Para Finocchio (2014, p. 17), "quando a superfície possuir cores variando entre o amarelo e o vermelho, recomenda-se a utilização de lâmpadas com temperatura de cor abaixo dos 3200 K. De modo inverso, quando as cores variarem entre o roxo e o verde, recomenda-se a utilização de lâmpadas com temperatura de cor acima dos 4000 K".

Curvas Fotométricas

Por não possuir a mesma intensidade em todas as direções, cada unidade produz curvas. Estas curvas são fundamentais para o estudo da característica luminotécnica do aparelho, mostrando fundamentalmente as direções de maior ou menor intensidade irradiada.

Ofuscamento

Condição de visão na qual há um desconforto ou uma redução da capacidade de distinguir detalhes ou objetos, devido a uma distribuição desfavorável das intensidades luminosas ou contraste excessivo.

Poder de difusão

A relação entre a média aritmética da luminância medida entre os ângulos de 20º e 70º, e a luminância sob o ângulo de 5º com a perpendicular à superfície, para corpos iluminados perpendicularmente.

Iluminância

É o limite da razão do fluxo luminoso recebido pela superfície em torno de um ponto considerado, para a área da superfície quando esta tende para o zero. A unidade é lux (lx).

Grau de Transmissão

A relação entre o fluxo luminoso que conseguiu atravessar o corpo e o fluxo incidente.

Grau de Reflexão

É a relação entre o fluxo luminoso refletido e o fluxo luminoso incidente.

Grau de Absorção

A relação entre o fluxo luminoso absorvido e o fluxo luminoso incidente.

Eficiência Luminosa

Eficiência Luminosa ou rendimento de uma fonte luminosa é a relação entre o fluxo luminoso total emitido pela fonte e a potência elétrica total por ela absorvida.

Fator de depreciação da luminária

É a perda luminosa considerando o acúmulo de sujeira no interior do grupo ótico da luminária e varia de acordo com o grau de proteção (IP) da mesma.

Fator de depreciação da instalação

É a perda luminosa considerando as condições de sujeira e poluição onde o projeto estará inserido.

Todas essas definições estão relacionadas a emissão da luz por um dispositivo e sua relação com o ambiente onde está projetada. A compreensão sobre estes conceitos e a correta análise do comportamento destas variáveis são a base para a realização do projeto luminotécnico de uma fachada ou monumento.



Figura 05: Maximilianeum – Munique, Alemanha.
Fonte: Martin Falbisoner, via Wikimedia Commons, 2018

TIPOS DE LUZ

A partir dos objetivos do projeto e do conhecimento da luz, podem ser considerados diferentes tipos de iluminação. Com base em Miguez (2003, p.30), que qualifica o modo como a luz é emitida:

Luz Direta

Com sombras precisas e com risco de ofuscamento, o feixe de luz ilumina e dá destaque diretamente à superfície de um objeto, não considerando a difusão no ar. Esse feixe de luz pode ser desviado com um refrator.

Luz Indireta

Os pontos luminosos não são visíveis diretamente. A luz emitida passa por reflexão especular ou difusa, promovendo sombras indefinidas e sem ofuscamento.



Luz Mista

A luminária emite parte dos raios de forma direta e outra parte por reflexão. As sombras podem variar de acordo com as configurações deste equipamento.

Luz Difusa

Os raios luminosos são transmitidos através de um material translúcido, que deixa passar a luz, mas não permite a visão direta do ponto luminoso. As sombras projetadas são apagadas e manchadas. O elemento que faz a difusão da luz, caracterizado por seus coeficientes de reflexão, absorção e transmissão, é chamado difusor.

Luz Filtrada

Utilizada para controlar a intensidade luminosa e melhorar o conforto visual, os filtros podem ser cromáticos, corretores, difusores e servem também para controlar emissões indesejáveis das radiações ultravioleta e infravermelha. Os filtros são fabricados em vidro ou em policarbonato, podendo ser semitransparentes ou coloridos. É possível realizar instalações com iluminação dinâmica, por meio do movimento dos fachos luminosos ou da mudança cíclica de cores.

A escolha do tipo de luz a ser utilizada dependerá do objetivo da iluminação. Se o projetista busca dar foco a pontos da fachada, evidenciar elementos frente aos outros ou uma iluminação mais uniforme, que propicie a compreensão do bem como um todo, caberá a ele o correto estudo das fontes e tecnologias disponíveis para alcançar esse objetivo.

Figura 06: Maximilianeum – Munique, Alemanha
Fonte: Martin Falbisoner, via Wikimedia Commons, 2018



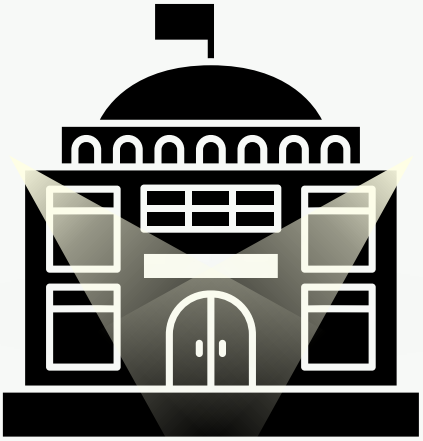
Figura 07: Prefeitura – Esztergom, Hungria
Fonte: Jules Verne Times Two, via Wikimedia Commons, 2018

LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO

Assim como o tipo de luz a ser escolhida, a localização dos dispositivos é uma escolha de projeto, alinhada ao seu objetivo. A localização deverá estar alinhada ao estilo da arquitetura, à interação com o entorno e das condições deste, objetivando a experiência do usuário. Miguez (2003, p. 31), no capítulo "de onde se ilumina", ainda expõe que os aparelhos podem ser instalados em qualquer ponto da esfera geométrica que envolve o objeto. A partir dele, apresentam-se os conceitos sobre estes posicionamentos.

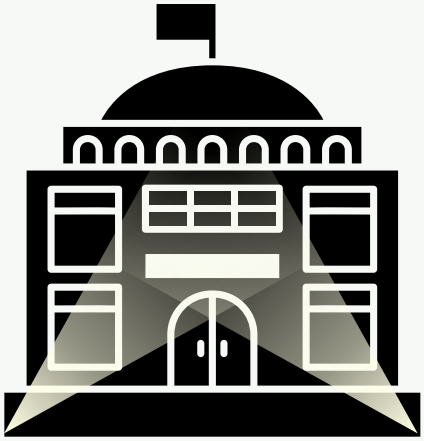
Iluminação *down light* ou *plongée*

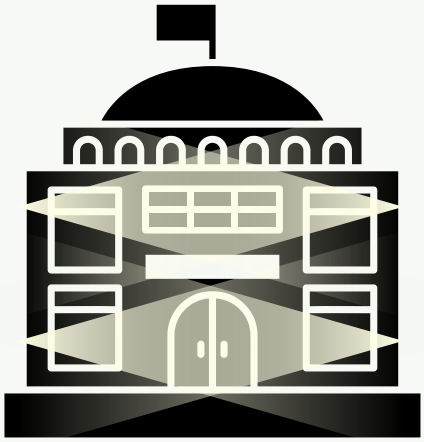
A fonte luminosa está situada em cima e à frente do objeto. Ela atenua a escala dos objetos iluminados e os ancora ao solo. Pode ser realizada com projetores fixados em postes altos ou em consoles nas fachadas. Quando situada sobre o objeto (na mesma vertical) denomina-se a pino.



Iluminação *up light* ou *contre-plongée*

A fonte está colocada embaixo do objeto ou ao nível do solo, ligeiramente avançada, como por exemplo quando se instalam projetores embutidos no solo dirigidos para o alto. Esta é a situação mais comum no caso de iluminação de fachadas e monumentos, enfatizando a monumentalidade e a elevação. Inverte as sombras solares, o que pode parecer irreal. É importante considerar sempre a possibilidade de embutir os equipamentos.



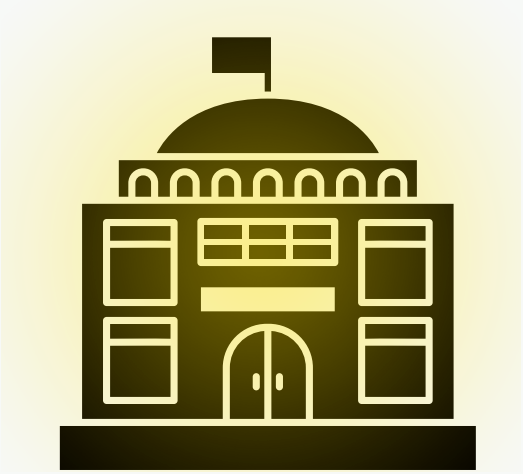


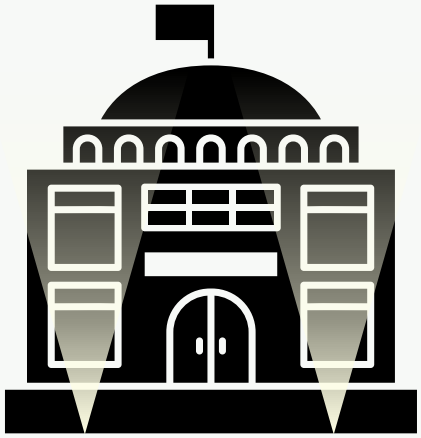
Iluminação lateral

A fonte está colocada em um dos lados do objeto, ligeiramente a frente.

Iluminação frontal

A fonte luminosa está à frente do objeto; é muito utilizada quando se quer iluminar o tema com uma luz geral, uniforme.



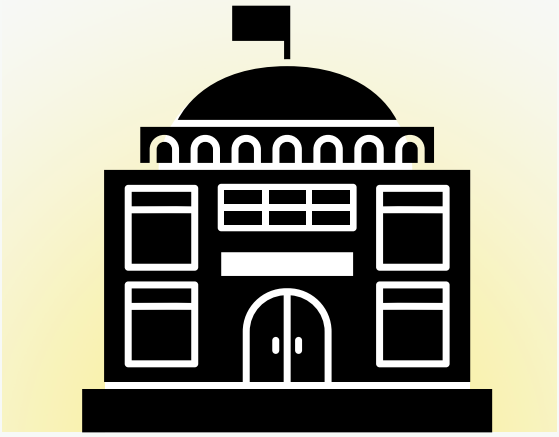


Iluminação rasante (ou frisante)

É lançada em um plano vertical, paralelo e bem próximo do objeto; também chamada de luz tangente, ela pode ser *up light* ou *down light*. É muito utilizada para a iluminação de superfícies ricas em detalhes e ornatos, pois ela lava as fachadas e acentua os pequenos relevos e beirais.

Iluminação em contraluz (*backlight* ou *contrejour*)

A fonte luminosa está situada sobre um plano atrás do objeto em relação ao observador. Esta condição sublinha as linhas e os contornos dos objetos.



Iluminação do fundo (*background light*)

A fonte luminosa incide sobre o fundo do objeto que se quer destacar, obtendo-se então o efeito silhueta.

Quando relacionado ao patrimônio cultural tombado pelo estado, ou mesmo outras edificações, é de suma importância especificar como estes equipamentos serão fixados, por onde passarão as instalações de conduletes e fios, pensando na maior preservação do bem. Além disso, todo sistema a ser implementado em um bem tombado, seja ele pela esfera estadual, federal ou municipal, deverá ser passível de reversão, não deixando danificado o bem original.



Figura 08: Biblioteca Antiga – Berlim, Alemanha
Fonte: Ansgar Koreng, via Wikimedia Commons, 2015

EXEMPLOS

A seguir, são apresentados alguns exemplos de iluminação aplicados especialmente no novo Plano de Iluminação Pública de Roma, na Itália. Os projetos foram desenvolvidos pela empresa contratada, juntamente com o departamento de infraestrutura da cidade. As descrições apresentadas foram traduzidas pela autora a partir do sítio eletrônico do projeto.

Mercado de Trajano – Roma/Itália.

O projeto de iluminação do Mercado de Trajano, em Roma, visa aprimorar a arquitetura do complexo monumental por meio de soluções tecnológicas de ponta. Entre elas, destaca-se a iluminação artificial utilizada nas paredes externas, que difunde uma luz suave e uniforme por vários níveis, oferecendo uma visão abrangente do monumento como pano de fundo urbano. Na composição da cena, destaca-se a iluminação interna em elementos como a Torre delle Milizie, os nichos e o caminho interno (deambulatório), onde foram utilizadas luzes semirradiantes para realçar seus detalhes arquitetônicos, mas sem promover áreas escuras na fachada. A localização dos pontos está, ao que pode ser identificado na imagem, em pontos acessíveis da estrutura. A iluminação também foi instalada de forma a não gerar pontos de sombra na fachada.

Confira esse exemplo no link: CLIQUE AQUI



Figura 09: Piazza del Popolo – Roma, Itália
Fonte: Jamie Heath, via Wikimedia Commons, 2019

Piazza del Popolo - Roma/Itália.

O projeto da praça buscou iluminá-la como um todo através de postes altos e com luz difusa, não havendo pontos escuros na altura dos pedestres. No entorno, os prédios que compõem o conjunto não seguem uma linguagem padrão. Essa observação possibilita notar a diferença entre a qualidade da compreensão do prédio mais à esquerda da foto, iluminado de forma uniforme, e o prédio aos fundos, que possui feixes de luz direcionados para pontos específicos. Esses feixes não permitem a leitura do conjunto e causam áreas escuras na fachada, quebrando o ritmo do entorno da praça.

Para iluminar o obelisco na Piazza del Popolo, foram utilizados seis projetores de LED de última geração e óptica de precisão, aprimorando o efeito cromático da iluminação de destaque. O projeto também incluiu a manutenção da iluminação da Fonte dos Leões, composta por quatro bacias na base do obelisco, e das outras duas fontes localizadas nas laterais da praça.

A preocupação com o consumo energético levou à substituição das antigas luminárias da praça por projetores de LED, que estão equipados com um sistema de controle remoto que permite a gestão da iluminação de forma mais rápida e eficiente. Segundo as descrições das fontes, o projeto da Piazza del Popolo contou com um enfoque na redução do consumo energético e na manutenção dos pontos, de forma a reduzir os custos para a administração.

Basilica di San Giovanni – Roma/Itália.

As obras na Basílica di San Giovanni envolveram a substituição do sistema de iluminação existente por 106 projetores, posicionados para destacar a arquitetura do século XVIII da fachada principal e das 16 estátuas que a encimam.

O projeto possibilitou a compreensão da edificação de cima a baixo, por meio de pontos instalados na praça e que compõem o mobiliário urbano. A iluminação do prédio possibilita entender sua relação com a própria praça, que também está iluminada de forma difusa, mas com temperatura de cor diferente.

A iluminação de destaque evidencia as duas torres sineiras medievais, o pórtico e a loggia com afrescos de imagens sacras, que foram modernizadas com a tecnologia. Essa proposta de iluminação destaca os usos do edifício e é, além de ornamental, dispositivo da vida prática dos usuários. É possível conferir nas imagens, inclusive, que os locais iluminados possuem acesso facilitado para manutenção.

Figura 10: Arquibasílica de São João de Latrão – Roma, Itália
Fonte: Andrea Bertozzi, via Wikimedia Commons, 2021





Figura 11: Piazza del Campidoglio – Roma, Itália
Fonte: Joanne E. Clifford, via Wikimedia Commons, 2018

Piazza del Campidoglio – Roma/Itália.

A imagem revela uma praça escura no nível térreo e, acima dela, a monumentalidade descolada do chão. No Capitólio, o feixe de luz foi direcionado para as abóbadas de cruzaria, destacando sua estrutura. Também buscou iluminar o prédio de baixo para cima, com o objetivo de demonstrar a grandeza e a superioridade desse monumento. No entanto, não se mostra uma solução adequada ao modificar a compreensão do prédio como um todo, criando áreas escuras na altura do observador e ao iluminar itens construtivos sem um objetivo específico.

As instalações dos equipamentos são passíveis de observação, visto que os pontos foram fixados diretamente na estrutura do prédio, abrindo questionamento quanto à reversibilidade dos danos e às ações necessárias a manutenção da edificação.

Notre-Dame – Paris/França

Após o incêndio de 2019, apenas a iluminação frontal da fachada permaneceu da Catedral de Notre Dame, visto que todas as luminárias instaladas no edifício foram danificadas.

O conceito incorporou a cor restaurada da pedra limpa e a luminosidade. A iluminação reduziu os contrastes e foi realçada por um sutil destaque da estátua. Isso foi alcançado com um único tom de luz branca quente e consistiu na iluminação de fundo (distante e difusa) das fachadas e na iluminação de destaque (posicionada no monumento) que evidenciou os portais, detalhes arquitetônicos e grades de pedra. À noite, revelou assim a composição da fachada oeste, sua profundidade em camadas e o sutil desenvolvimento de sua dupla pele de pedra. A iluminação das fachadas sul e norte e da cabeceira foi implementada em continuidade com a fachada oeste. Os arcobotantes foram iluminados de um ângulo baixo, de forma suave e leve. A torre sineira e os apóstolos em sua base foram delicadamente iluminados de um ângulo baixo permitindo observar o céu noturno parisiense. No entanto, o projeto não iluminou a praça na altura do pedestre.

Figura 12: Catedral de Notre-Dame – Paris, França
Fonte: Sanchezn, via Wikimedia Commons, 2007





Estes exemplos de projetos na Itália e na França demonstram a presença de objetivo com a iluminação. Nos casos da iluminação do Mercado de Trajano, da Basílica de San Giovanni e da Notre Dame, é possível verificar que a iluminação externa tem o objetivo de clarear as fachadas como um todo, através de projetores com luz difusa e distante, enquanto a iluminação interna das passagens e elementos específicos, proporciona a compreensão das funções destes edifícios e destaca elementos identificados como relevantes. As imagens demonstram que a manutenção dos equipamentos é acessível, sem a necessidade de infraestrutura especial para pequenos ajustes. Já nos edifícios do Capitólio, a leitura noturna das edificações se dá de forma equivocada, pois a iluminação ressaltou elementos e descolou a edificação da própria praça. As instalações dos equipamentos também são passíveis de observação, visto que os pontos se dão diretamente na estrutura do prédio, abrindo questionamento quanto à reversibilidade dos danos.

Na Piazza del Popolo, destaca-se a preocupação com o consumo energético, vista a grandeza e a diversidade de elementos que a compõem. O uso de luminárias do tipo LED, vinculado à tecnologia de controle, permite o uso inteligente dos equipamentos, que dão destaque a elementos específicos da praça.

Figura 13: Ciudadela – Carcasona, França
Fonte: Diego Delso, via Wikimedia Commons, 2023



Figura 14: Sobrado à Praça 15 de Novembro – Salvador, Brasil
Fonte: Paul R. Burley, via Wikimedia Commons, 2021

DIRETRIZES PARA O PROJETO DE ILUMINAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO PELO ESTADO

O projeto de iluminação, quando contempla fachadas de prédios do patrimônio cultural ou monumentos, deve considerar aspectos específicos. A partir de referências como a entrevista concedida por Leonardo Barreto (2004), engenheiro eletricista do Iphan e responsável por aprovar projetos luminotécnicos dos bens daquela instituição, de profissionais como Finocchio (2014), Miguez (2003) e da experiência do Iphae de seus técnicos, apresentam-se diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos para os bens tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Iphae.

1. Especificar qual é o objetivo da iluminação na fachada ou no monumento, incluindo as motivações para escolha das cores e do tipo, bem como a intenção dessa iluminação;

2. A iluminação do entorno do bem deve ser considerada, de forma a ser compatível e não prejudicar a leitura do contexto urbanístico em que a edificação se insere;

3. A iluminação pública existente deverá ser analisada e incorporada ao projeto;

4. Em casos de edificações com portarias de entorno ou por estarem inseridas em área de entorno de outro bem tombado, o projeto de iluminação deverá priorizar as diretrizes estabelecidas por esses atos normativos ou outros que disciplinem a matéria de iluminação;

5. Priorizar o uso de iluminação difusa e distante, que promova a leitura do edifício como um todo, com destaques específicos de elementos, passagens ou da própria iluminação interna, permitindo a compreensão da edificação como ela é;

6. O uso de fontes artificiais de luz com baixa reprodução de cores, equipamentos dotados de filtros de cores ou lâmpadas coloridas, na iluminação externa de monumentos, deve ser precedido de cuidadoso estudo, visto que pode descaracterizar os trabalhos de restauração e prospecção das cores originais;

7. A utilização de luzes coloridas poderá ser aceita, por exemplo, durante eventos ou festejos, desde que seja especificado o período de permanência do sistema, com data de instalação e de remoção;

8. A inserção dos equipamentos não deve causar danos à edificação ou demasiado impacto visual no período diurno, além de ser realizada de forma que não ofereça riscos aos frequentadores;

9. O projeto deverá contar com a anuência do proprietário da edificação;

10. Pautar o projeto na possibilidade de reversão das instalações;

11. O responsável técnico pelo projeto de iluminação deverá demonstrar a capacidade das instalações elétricas do bem ou do local onde se conectará (em caso de monumentos, por exemplo), a fim de garantir que estas instalações suportarão a nova carga, decorrente das instalações, ou, em caso negativo, o projeto de instalação do novo quadro elétrico. Deverá ser apresentado o projeto, diagnóstico e a Anotação de Responsabilidade Técnica sobre o tema;

12. Pautar o projeto na possibilidade de manutenção (geralmente feita pelas concessionárias de energia ou prefeituras), prever fontes artificiais eficientes e com elevada vida útil;

13. Apresentar através de simulações visuais, plantas, cortes, memoriais, imagens de fachada e detalhes as especificações e efeitos da iluminação e equipamentos propostos. O projeto arquitetônico e elétrico ainda deverá apresentar o levantamento arquitetônico da fachada ou monumento e registro de responsabilidade técnica;

14. Cada caso apresentado poderá suscitar a necessidade de outras informações, conforme especificidades.

As diretrizes apresentadas têm o objetivo de orientar os técnicos e profissionais da cultura na apresentação e implementação dos projetos luminotécnicos dos bens tombados sob sua responsabilidade. Essas diretrizes não extinguem as possibilidades de análise de casos específicos, tampouco a necessidade de apresentação de materiais complementares ou dispensa, a depender do caso apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter ciência das variáveis e das possibilidades que uma tecnologia oferece é de grande valia para a vida de toda a sociedade, pois um profissional que tem nas mãos um projeto, seja ele da matéria que for, tem consigo o poder de influenciar positiva ou negativamente o meio no qual se insere. O projeto de iluminação de um bem cultural e de seu entorno pode influir em toda a dinâmica do espaço, trazendo mais frequentadores e, com eles, segurança e comércio.

Este instrumento cumpre seu objetivo ao apresentar os principais conceitos que envolvem um projeto luminotécnico de fachadas e monumentos de bens do patrimônio cultural, além de orientar os proponentes quanto ao atendimento de parâmetros por meio das diretrizes aqui apresentadas.

Figura 15: Igreja de São Pedro dos Clérigos – Salvador, Brasil
Fonte: Paul R. Burley, via Wikimedia Commons, 2021



REFERÊNCIAS

BARRETO, Leonardo. Patrimônio Histórico Preservando com conhecimento e respeito. Entrevista cedida a Cláudia Cavallo. LUME Arquitetura, Edição 09. Agosto/setembro de 2004. Disponível em <https://www.lumearquitetura.com.br/lume/default.aspx?s=251>. Acesso em 04/09/2025.

MIGUEZ, Jose Canosa. O Potencial Cenográfico da Iluminação de Monumentos e Fachadas. LA_PRO-Fachadas e monumentos. Edição Especial. 2003. Disponível em: < https://www.lumearquitetura.com.br/lume/default.aspx?s=258>. Acesso em 04/09/2025.

FINOCCHIO, Marco Antonio Ferreira. Noções Gerais de Projetos de Iluminação Pública (IP). Universidade Tecnologica Federal do Paraná. LABSIEE. Janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.eletrica.ufpr.br/sebastiao/>. Acesso em: 04/09/2025.

ACEA, 2025. Illuminiamo la bellezza di Roma. Disponível em: <https://www.gruppoacea.it/al-servizio-delle-persone/energia/distribuzione-energia illuminazione/illuminiamo-la-bellezza-di-roma>. Acesso em: 25/08/2025.

CONCEPTO. Paris, Notre-Dame, France. Disponível <https://www.concepto.fr/projets/cathedrale-notre-dame-de-paris-france/>. Acesso em: 25/08/2025.

Iphae - Sedac/RS
01/2026

IPHAE
Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico do Estado